

Sarney defende reforma política

JOSEMAR GONCALVES

ELEITO PRESIDENTE DA CASA, O SENADOR DO PMDB APRESENTOU A PROPOSTA, ONTEM, NO SEU DISCURSO DE POSSE



O SENADOR Aloísio Mercadante (PT) comemora a eleição do aliado José Sarney (PMDB)

Fim ao voto proporcional

Entre os pontos que o senador Sarney deseja modificar, está o voto proporcional da forma como é aplicado hoje no País. Na sua avaliação, seus efeitos na política brasileira comprovam sua ineficácia e os estragos que produz, "como desintegrador dos partidos".

"A ele (voto proporcional) devemos a balbúrdia política que o País tem atravessado", constata. O senador lembra, ainda, que o "voto uninominal proporcional" só existe no Brasil, enquanto que nas outras democracias foi extinto no século 19.

Sarney foi eleito com 93% dos votos, em apenas 15 minutos, para o biênio 2003-

2004, com discurso em defesa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Disse que o Congresso não poderá se negar à tarefa de "assegurar a governabilidade, aprovar as reformas e promover o pacto social". Classificou o Programa Fome Zero como uma campanha de "mobilizar consciências e vontade".

Tomaram posse, ontem, os 54 novos senadores, eleitos em outubro.

Sarney, candidato único, só teve dois votos contra. Ele próprio não votou. A única ausência foi da senadora Heloisa Helena (PT-AL), que contestou desde o início o acordo entre PT e PMDB para a eleição de Sarney.

Dicurso do presidente

Governabilidade

▶ "Não podemos nos recusar à missão de sustentar a governabilidade, aprovar as reformas e promover o pacto social."

Sobre Lula

▶ "A biografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma referência do Brasil para o mundo democrático. Referência de nossos avanços nas oportunidades de participar e decidir, de ascensão social, da força do trabalho."

Das elites

▶ "Torna-se possível vislumbrar a construção de um pacto social com a diminuição das tensões, com a compreensão das elites de que é hora de ceder espaços para ganhar o principal, que é a paz social."

Fome zero

▶ "Essa campanha contra a escravidão da fome é uma forma, também, de mobilizar consciências e vontades, sabendo que há um espaço comum, que é de todos, de suprir necessidades e de humanizar através da solidariedade e do dever."

Reformas

▶ "Indaga-se muito se é possível fazer as reformas, se é possível aprová-las na velocidade que o País necessita. Respondo que sim. Basta-nos vontade política."

Alianças políticas

▶ "A responsabilidade é de todos nós – governo, Congresso Nacional e sociedade mobilizada. Agora é a vez de juntar as vontades do Executivo e Legislativo e enfrentar e vencer as pressões."

O Senado empossado ontem mostra-se disposto a encaminhar a reforma política. Além de ter o apoio dos nomes mais expressivos da Casa, a iniciativa foi proposta pelo presidente José Sarney (PMDB-AP), eleito com 76 votos (houve duas ausências, uma abstenção e dois contra) no discurso de posse. Se depender dele, as mudanças na legislação eleitoral e partidária devem encabeçar uma agenda própria de trabalho do Legislativo.

"Façamos a reforma política", exortou o senador. "Vamos construir modernas instituições que não aniquilem os partidos e que não rebaiem a política a um cartório de registro de candidatos nas eleições". O ex-vice-presidente da República, senador Marco Maciel (PFL-PE), acredita que a reforma política pode ser examinada ao mesmo tempo que as reformas tributária e da Previdência. Segundo ele, a simultaneidade não prejudicará as reformas tidas como prioritárias pelo governo, porque transitam em espaços diferentes.

"A reforma política tem um horizonte muito maior do que a mera edificação dos partidos políticos e as mudanças eleitorais", argumenta. Ele admite que, embora tenha feito muito, o governo do presidente Fernando Henrique não deu a devida atenção à reforma política. "Que façamos hoje as reformas que deveriam ter sido feitas ontem", defendeu.

Para o senador Tasso Jereissatti (PSDB-CE), essa reforma não pode mais aguardar na fila para ser examinada. "Somente assim conseguiremos impedir as trocas repentinas de legenda que desmoralizam os partidos, os políticos, o Congresso e o mandato público", argumenta.

Embora insista que os principais alvos do governo são as reformas previdenciária e tributária, o líder do PT, senador Tião Viana (AC), acha possível encaminhar as três ao mesmo tempo. A decisão final, no seu entender, vai depender da receptividade dos senadores. Da sua parte, ele deixa claro que não vai "remar" contra a vontade de seus colegas. "A reforma política é um patrimônio, sem ela a democracia representativa fica fragilizada", justifica.